

19 FEV 1988

Provocação!

Em abril de 1964, quando "o Comando Supremo da Revolução, representado pelos comandantes-em-chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica", decidiu cassar mandatos eletivos e suspender o exercício dos direitos políticos dos cidadãos por dez anos, o deputado Ulysses Guimarães, do PSD paulista, propunha que a cassação fosse por 15 anos. Anos mais tarde, quando o presidente Ernesto Geisel iniciava o processo de distensão gradual e progressiva, o deputado Ulysses Guimarães, do MDB paulista, insultava o presidente da República, seguramente à espera de uma cassação que frustraria o processo de abertura. Depois, proferiu, na Assembleia Legislativa de São Paulo, agravo ao presidente Figueiredo, empenhado em levar avante a abertura iniciada por seu antecessor. Antecipem, o deputado Ulysses Guimarães, do PMDB paulista e presidente da Assembleia Nacional Constituinte, a pretexto de defender o órgão da expressão máxima da soberania nacional, agrediu as Forças Armadas na pessoa dos ministros militares que outorgaram a Emenda Constitucional nº 1 à Constituição de 1967, chamando-os de "patetas". Dir-se-ia que o multipresidente, sentindo o "cheiro de papel queimado" dos maus romances policiais, decidiu desempenhar o papel de Fouché.

A pergunta que hoje todos se fazem, e que apenas repetimos, tentando esclarecer os fatos, é simples: por que tinha o sr. Ulysses Guimarães de investir contra o falecido almirante Rademaker, o marechal-do-ar Márcio de Souza e Mello e o general-do-Exército Lyra Tavares — figuras lembradas apenas dos historiadores —, se quem agredira a Assembleia Nacional Constituinte tinham sido o presidente da República e, levando-se as coisas às últimas consequências, o ministro das Comunicações? Por que espicaçar os seguidores dos três integrantes da Junta Militar — ainda articulados —, poupando o presidente da República? Por que, sobretudo, cometer erro palmar, imperdoável em quem viveu aqueles períodos dramáticos, chamando pejorativamente "patetas" aos mi-

nistros da Junta Militar de 1969, quando, na realidade, essa foi a designação dada em 1961 aos ministros Denys, Heck e Moss, que tinham pretendido impedir a posse do sr. João Goulart e acabaram por aceitá-la dada a relação de forças no Exército? Por que, finalmente, dizer que o presidente Sarney não seria tentado a outorgar uma Constituição como a de 1824, que durou 49 anos, e que permitiu ao Brasil manter a unidade territorial e progredir enquanto as nações à sua volta regrediam, avassaladas pelo caudilhismo? Seria essa, para o sr. Ulysses Guimarães, a maneira de lembrar que é possível outorgar uma Constituição, desde que não fechando a Assembleia, da qual s. exa. é o presidente — insinuando ser possível, por manobras regimentais de cujo controle ele mesmo é senhor de barço e cutelo, dar ao Brasil a Carta dos sonhos de alguns poucos, que não se sabe quem são?

Atentem os leitores para o fato de que foram civis — o presidente da República e o ministro das Comunicações — os que apontaram a Assembleia Nacional Constituinte à execração pública; não os militares. Ao invés de lembrar publicamente ao chefe do Poder Executivo que não tem o direito, nem o poder legítimo, de ser o fiscal dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o multipresidente Guimarães exortou-o a não proceder como d. Pedro — que outorgou ao País uma Constituição que todos reconhecem como um dos elementos da estabilidade do Império de 1824 a 1889, quando o Exército proclamou a República —, e fez a Nação recordar-se dos ministros militares que assumiram a Presidência, implantando de fato a ditadura, quando as precárias condições de saúde do presidente Costa e Silva o impediram de continuar à frente do governo. Quem, na opinião do deputado Ulysses Guimarães, quer fechar a Constituinte? Os supérstites de 1969, ou os civis que a acusam de criar regime em que os assassinos, esturpadores, assaltantes a mão armada terão a proteção da Constituição, enquanto os delegados, policiais e soldados não poderão prender ninguém — como

disse o chefe do Poder Executivo? Ou quem ameaça fechá-la são esses mesmos civis, a pedido dos ministros militares, que imaginam, instigados não se sabe por quem, que a vigor o texto aprovado nenhum capitão poderá ser preso por falar mal de seus superiores em público, ou nenhum marinheiro detido em alto-mar por crime de insubordinação, ou motim?

Tendo em vista os fatos, não se entende a razão pela qual o presidente da Assembleia Nacional Constituinte dis que o presidente da República não cometerá a ousadia de dar o golpe de Estado, nem muito menos os ministros militares — pelo que deles s. exa. conhece. Raciocínio perfeito, e que deveria tranquilizar a opinião pública. Ela se viu possuída da maior intranquilidade, no entanto, na medida em que o procônsul, feitas todas as ressalvas, como que a dizer que a hierarquia civil e militar se comportará polida e civilizadamente, afirmou, no tom bombástico que lhe é próprio em algumas poucas ocasiões, que ninguém fechará a Assembleia. Estranha equação armou o procônsul: ele conhece suficientemente o sr. José Sarney para saber que não fará o que fez aquele cujo retrato o inspira (d. Pedro I, do Brasil, ou d. Pedro IV, de Portugal, a mesma pessoa, uma autoritária, outra liberal); não acredita que os militares façam o que os "patetas" — conforme sua versão — fizeram em 1969. Quem faz pressão sobre a Assembleia Nacional Constituinte é o procônsul, saindo de uma demorada entrevista com o governador Orestes Quércia, com a frase bombástica: "A Constituição vai sair na marra (em 21 de abril) e eu serei o marreteiro desta Constituição". E se as votações forem até maio?

Quem ameaça a Assembleia Nacional Constituinte? O prefeito de São Paulo, que não permite que os "marreteiros" encham as ruas do centro? Seguramente, não. Resta ver, então, quem são os fantasmas a que alude o procônsul. Ora, a resposta a essa pergunta só poderá ser dada quando se responder a esta outra questão, singela, mas mais profunda: a que César serve o deputado Ulysses Guimarães?